

---

## PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AGROCOMBUSTÍVEIS NO CONTEXTO DA NOVA DIVISÃO MUNDIAL DO TRABALHO

Maria Aparecida Moraes Silva \*

**Resumo** – Atualmente, assiste-se ao debate nacional e internacional acerca da produção de agrocombustíveis e de alimentos. No momento em que este texto está sendo finalizado, as manchetes dos jornais mostram os resultados da Conferência em Roma a fim de tratar do problema da fome, que está afetando milhões de pessoas nos países pobres. Na realidade, estes não são temas novos. O novo se explica pela junção dos dois temas, aparentemente separados, porém, faces da mesma moeda. Trata-se de produtos agrícolas inseridos num contexto de expansão da acumulação do capitalismo mundial. Portanto, além de um enfoque econômico, há necessidade de levarmos em conta a perspectiva política e ideológica, as novas estruturas de poder instituídas pelas grandes corporações transnacionais que controlam as fontes de agroenergia e também as alimentares. Tais estruturas assentam-se nos estados nacionais, os quais, longe de desaparecerem, se fortalecem para seguir as determinações impostas pelas grandes corporações. Tanto os produtos transformados em agroenergia como os alimentos são objeto de controle econômico/político/ideológico na atual ordem mundial, caracterizada pelo que denomino, *reinvenção da colônia*. A fim de sustentar as minhas idéias, descreverei a situação atual deste debate e, em seguida, a partir de exemplos concretos da realidade brasileira, tentarei desmistificar a ideologia encobridora desta realidade.

---

\* Professora colaboradora do PPG/Geografia/UNESP/PP e do PPG/Sociologia/UFSCar; Pesquisadora do CNPq; autora do livro *Errantes do Fim do Século*, São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

*Imagens*: As fotos inseridas neste texto foram feitas pela autora.

## I

Trata-se de temas que têm ocupado as manchetes de vários jornais nacionais e internacionais escritos, televisivos e da rede mundial de computadores nos últimos meses. Ademais, é um tema que faz parte do cotidiano, já que tanto a energia quanto os alimentos são fontes da sobrevivência das pessoas deste planeta. Segundo dados da FAO, há no mundo atual cerca de 850 milhões de pessoas que passam fome. Esta situação é alarmante em alguns países da África, Ásia e América Latina. Notícias veiculadas mostram que na Índia muitos pais se suicidam em razão de não suportarem a fome dos filhos; no Haiti, para ludibriar a fome, são feitos bolinhos com certa argila, misturada ao açúcar. Na África, milhões de crianças padecem de subnutrição, espécie de morte lenta. Em várias partes do mundo, tem havido protestos contra a alta dos preços alimentícios, como no Egito, Camarões, Indonésia, Filipinas, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mauritânia, Senegal, Haiti, Peru, Bolívia, México (crise da tortilla), sem contar a situação de insegurança alimentar que afeta os países da América central, dentre eles, El Salvador, onde os preços do milho registraram um aumento de mais de 70% nos dois últimos anos. No Brasil, nos primeiros anos do governo atual, foi criado

o programa Fome Zero, a fim de combater a fome em várias regiões do país. Este programa foi substituído por outras políticas compensatórias, dentre elas, o Programa “Bolsa Família”, que visa minorar a situação dos famintos e dos miseráveis. Esta polêmica se expandiu quando o relator da ONU, o sociólogo suíço, Jean Ziegler, afirmou que a produção de biocombustíveis é um crime contra a humanidade. Aliás, em relação ao Brasil, suas manifestações já vinham sendo feitas, quando afirmou que:

Durante um tempo o açúcar sofreu um declínio, e a agricultura se desenvolveu. Agora esse monstro está de volta, devorando a terra da agricultura. O açúcar voltou a ser santificado, como na época da colônia, quando a oligarquia enriqueceu e a música, a cultura, tudo era pago pelo açúcar.

Em vez do PT promover a agricultura familiar, volta ao açúcar, que significa concentração de terras nas mãos das multinacionais e das oligarquias...

Socialmente o Brasil sofre um enorme retrocesso, volta ao período colonial.....

(...) os senhores do capital financeiro, as oligarquias conquistaram um poder que nenhum imperador, papa ou rei jamais teve. Uma monopolização incrível: a refeudalização do mundo (Jean Ziegler. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 2 de dezembro de 2007, p.6-7).

Diante deste quadro, levanto algumas questões para a análise:

■ A produção de alimentos está cada vez mais nas mãos de poucas empresas que dominam as cadeias produtivas do chamado *agribusiness*, ou seja, as empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes, agrotóxicos: Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow. Essas seis empresas controlam a produção de sementes do mundo.

Em contrapartida,

Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus, juntos dominam mais de 80% do comércio mundial de cereais.

Este modelo de produção atua a partir do controle da produção de sementes (sobretudo

transgênicas), fertilizantes e agrotóxicos,

produção agrícola propriamente dita e também da distribuição. Ou seja, é um modelo verticalizado, por meio da formação de oligopólios. Portanto, o modelo de agricultura familiar voltado para a sustentabilidade, emprego da mão-de-obra familiar, produção de alimentos

que garanta a segurança alimentar, confronta-se com as determinações impostas destas empresas, restando-lhe o desaparecimento ou a integração:

“Nas últimas décadas o Banco Mundial e o Fundo Internacional (FMI), junto com a Organização Mundial do Comércio (OMC) exerceram pressões sobre os países para que eles diminuíssem as inversões na produção de alimentos e o apoio aos camponeses e pequenos agricultores, que são as chaves para esta produção. As regras do jogo mudaram dramaticamente em 1995, quando o



Foto1: Timbiras (2007). Periferia onde vivem os camponeses que foram expulsos e que migram para os canais de São Paulo. Foto de Maria A Moraes Silva. Pesquisa financiada pelo CNPq.

acordo da OMC sobre a agricultura entrou em vigor. As políticas neoliberais golpearam as produções nacionais de alimentos e obrigaram os camponeses a produzir cultivos comerciais para empresas multinacionais e a comprar seus alimentos das multinacionais que atuam no mercado mundial ... O resultado foi

que o Egito, o antigo produtor de trigo desde a época do Império Romano, se tornou um importador deste produto; Indonésia, um dos maiores produtores de arroz, hoje importa arroz transgênico; México, um dos maiores produtores de milho, importa milho transgênico do EUA. EUA, União Européia, Canadá e Austrália são os maiores exportadores” (Dierchxsens, op. cit., p, 3).

Estas informações ratificam a idéia da implantação de uma nova divisão mundial do trabalho imposta pelas grandes corporações. Portanto, uma nova forma de colonialismo, sob o manto do livre mercado neoliberal, sem as regulações do mercado impostas pelos estados nacionais.

■ Cada vez mais se fortalece o modelo denominado técnico-científico-agroindustrial-financeiro-mediático, segundo Carlos Walter. Os capitais aplicados nas atividades agrícolas advêm de inúmeras galerias, tais como: capitais financeiros, fundos de pensões dos EUA, grandes empresas e grandes investidores nacionais e internacionais, além dos capitais aplicados tradicionalmente na agricultura.

Um dos acontecimentos recentes, que aceleraram o processo da chamada crise alimentária em diversos países do mundo pobre, foi a crise financeira imobiliária dos EUA, a partir do segundo semestre de 2007. Em razão deste fato, vultosos fundos de inversão especulativa foram aplicados em transações para controlar o mercado internacional de commodities. Calcula-se que, atualmente, estes fundos controlam 60% do trigo e altas porcentagens de outros produtos agrícolas. A maior parte da colheita de soja está sendo comprada como “futuro”. Portanto, os alimentos estão cada vez

mais se convertendo em meio de especulação nas bolsas de valores do que para atender às necessidades das populações. Segundo dados da FAO, entre março de 2007 e março de 2008, o preço dos cereais, sobretudo do trigo, aumentou em 130%, da soja em 87%, do arroz em 74% e do milho em 53% (Dierckxsens, 2008, p. 1).

■ Este fato revela uma profunda transformação em relação ao modelo do início do capitalismo inglês analisado por Marx. Segundo este modelo (clássico), com o advento do capitalismo, havia três classes sociais na agricultura: os trabalhadores, os proprietários fundiários, geralmente, descendentes da antiga nobreza, e os capitalistas. Segundo a análise marxiana, a renda da terra, parte da mais-valia, era apropriada pelos proprietários fundiários, considerados os parasitas da sociedade. No momento atual, este modelo está sendo questionado, pois os donos do capital são os donos da terra, portanto, ao invés da tríade, há a díade, constituída por capitalistas e trabalhadores. Aliada a este processo, a alta do preço da terra<sup>1</sup> é uma forma de garantir grandes lucros em função da especulação. Ainda mais. As

---

<sup>1</sup> Em virtude da alta dos preços das *commodities*, os preços das terras no Brasil aumentaram em média mais de 16% no segundo bimestre de 2008, ante o mesmo período de 2007. No centro-oeste, houve um aumento maior, em função da compra de terras por grupos estrangeiros, sobretudo, na região do cerrado. (Folha de S. Paulo, 20 de maio de 2008, B12).

fronteiras nacionais se romperam e, sucessivamente, os grandes capitais dominam grandes áreas de vários países, confirmando-se assim, o seu caráter apátrida por meio do processo de internacionalização da propriedade da terra.

■ O processo de internacionalização da propriedade da terra conduz ao seu corolário, qual seja, a internacionalização da apropriação da renda da terra por grandes empresas. Sobre este aspecto vale a pena tecer algumas reflexões. Nas considerações preliminares sobre o estudo da renda da terra no Livro III de *O Capital*, Marx mostra que o monopólio da propriedade fundiária é uma condição histórica prévia e é a base permanente do modo de produção capitalista. É este modo de produção que cria a propriedade fundiária que lhe convém, subordinando a agricultura ao capital. A agricultura torna-se, portanto, um ramo do capital. Neste sentido, todas as formas que não convêm ao capital são destruídas na medida em que ele se apossa da agricultura.

Considero este fato extremamente importante, pois nos dias atuais os investimentos estrangeiros na compra de terras no Brasil, sobretudo nas regiões de cerrado e da Amazônia crescem vertiginosamente. Segundo levantamento do INCRA há 33.228 imóveis (0,64 do

total) registrados como propriedades de estrangeiros. Estas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares, ou 0,97% das áreas cadastradas do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ainda segundo o INCRA, 55% destas terras de estrangeiros (pessoas físicas e jurídicas) se encontram na Amazônia Legal e cobrem cerca de 3,2 milhões de hectares.

Levando em consideração as observações acima de Marx, fica evidente que a apropriação da terra (incluindo a água e as fontes de biodiversidade) é necessária aos padrões de acumulação dos capitais das empresas transnacionais, tendo em vista a valorização da terra e o conseqüente aumento da renda fundiária.

## II

Decorrente deste processo há um outro, nem sempre objeto de análise dos organismos nacionais e internacionais. Além da importância da biodiversidade, nestas regiões vivem posseiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, enfim camponeses que ainda desenvolvem a economia de subsistência e extrativista. Portanto, ao lado da internacionalização da propriedade fundiária, está ocorrendo um avanço do processo de expropriação e *descamponesização*, historicamente em marcha há várias décadas, sobretudo a

partir do momento em que se consumaram a modernização da agricultura e a Revolução Verde no país nos anos de 1970 em diante. Desde então, assistiu-se ao deslocamento da fronteira agrícola em razão de terras férteis e baratas visando ao aumento da renda fundiária. A história agrária deste período registra que este processo foi acompanhado de violência, encabeçada pelas empresas, com apoio dos governos militares, havendo a denominada militarização da questão agrária, segundo a análise de José de Souza Martins.

No entanto, o processo de violência e expropriação do campesinato não findou com a ditadura militar. Ao contrário. Além dos massacres de trabalhadores sem terra ocorridos - Corumbiara em julho de 1995 e Eldorado de Carajás em setembro de 1995 -, os dados da CPT, por meio da publicação anual dos Conflitos do Campo, revelam que a violência, os assassinatos, as ameaças vigoram em várias regiões do país, concentrando-se mais na região da Amazônia Legal.

A fim de aprofundar as idéias arroladas, o exemplo concreto arrolado, em seguida, revelará que, tal como afirmava Rosa Luxemburgo, o capital, para garantir sua reprodução ampliada, além da mais-valia extraída dos trabalhadores, produz a acumulação primitiva, ou seja, produz os

expropriados, que, impedidos de garantir sua subsistência não lhes restará outra saída senão aquela de se tornarem proletários. Nos limites deste texto, vou dar apenas um exemplo, resultante de uma pesquisa, ainda em andamento, com camponeses maranhenses, tornados cortadores de cana em São Paulo.

O campesinato do Maranhão se constituiu nos finais do século XIX, logo após a abolição dos escravos, quando muitas comunidades de libertos se juntaram aos quilombolas (negros que fugiam das fazendas e desenvolviam uma economia de subsistência, por meio da apropriação coletiva da terra). É neste período que tem início a produção camponesa de ex-escravos, chamados caboclos, moradores dos grandes latifúndios e também por outros ocupantes de terras, provenientes do nordeste, em virtude das secas. A utilização do babaçu de forma coletiva é conhecida desde então como o período do “coco livre”, considerado um produto da natureza, portanto pertencente a todos, segundo o direito consuetudinário<sup>2</sup>. A lógica da

---

<sup>2</sup> No Maranhão, os camponeses ainda praticam a economia extrativista das florestas de babaçu, uma espécie de palmeira (*Orbygnia martiana*). Do coco, extraem a amêndoa vendida para fins industriais - para a defumação da borracha e combustível - e também utilizada para a produção de azeite para a alimentação; da casca, fazem o carvão empregado para o preparo dos alimentos; da folha da palmeira, fabrica, cestos, chapéus, vassouras, cobrem a casa, construída de adobe (argila). A palmeira tem até 15 metros de altura e chega a produzir mais de 500 frutos (coco babaçu) a cada florada. Além do Brasil, a palmeira é encontrada na Bolívia, Colômbia e México. Esta floresta abrange no

reprodução deste campesinato se baseou na complementaridade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, segundo uma divisão sexual do trabalho bem definida. A coleta é desenvolvida pelas mulheres e a agricultura pelos homens. A atividade de coleta ocorre no período oposto ao da agricultura, de tal modo que quando os alimentos da família se escasseiam, as atividades das mulheres garantem a reprodução, pois além do azeite para o próprio consumo, as amêndoas são vendidas para diversos fins industriais, desde o final da Primeira Guerra Mundial (Antunes, 2006).

Esta realidade passa a sofrer transformações a partir dos anos de 1970, quando os governos da ditadura militar incentivam a modernização da agricultura por meio de apoio às grandes empresas e proprietários de terra. Desde então, grandes empresas nacionais e internacionais apossaram de milhares de hectares de terra em várias regiões do país, processo que envolveu conflitos e assassinatos de povos indígenas, caboclos, além de líderes camponeses e religiosos<sup>3</sup>. No Maranhão, houve a conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária, destinadas à exportação. Com isso, as terras começam a ser cercadas

pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu destruídas. Data deste período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados.

O estudo de SADER (1991) mostra o caso do projeto de colonização do Maranhão, efetuado pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que abre possibilidade para o início de um longo ciclo de grilagens e expropriações no Estado, agravado pela construção, no início da década de 70, da estrada que liga a cidade de Santa Inês a Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. Os mais diretamente afetados neste processo de expropriação são os descendentes de quilombos<sup>4</sup> que até então se constituíam em pequenos proprietários. Muitos deste passam a migrar, mas, por outro lado, outros também resistem, constituindo bairros negros nas proximidades das terras expropriadas.

Estes fatos estão presentes na memória camponesa, segundo a qual, o

---

Brasil 18,5 milhões de hectares, dos quais mais da metade se acha no Maranhão. A palavra babaçu, origina-se do tupi wawa'su.

<sup>3</sup> Vera respeito, dentre outros. Martins (1982). Sobre a resistência de camponeses contra a expropriação em outras áreas do Maranhão, consultar Sader (1991).

---

<sup>4</sup> Quilombolas são os descendentes de negros escravos que vivem nas terras de antigos quilombos. Os quilombos eram lugares de refúgio dos negros que fugiam das áreas de escravidão. Os quilombos possuíam uma organização social baseada na apropriação comum da terra. Em todo o interior do Brasil, existiram vários quilombos, hoje transformados em propriedades jurídicas dos descendentes de negros, denominados remanescentes dos quilombolas.

coco babaçu que era *liberto* passou a ser *preso*, isto é, apropriado pelos grandes proprietários, pondo fim ao livre acesso a um bem natural e transformando o babaçu de valor de uso em valor de troca, em mercadoria, algo que foi motivo de um movimento de resistência de mulheres camponesas da comunidade de Ludovico em meados da década de 1980, graças ao qual, após mais de 10 anos, foi conseguida a aprovação de uma lei no estado do Maranhão, do babaçu livre, que garante a livre coleta do fruto aos camponeses.

Nos finais da década de 1990 inicia-se a migração de muitos desses expropriados para os canaviais paulistas. Esta migração é essencialmente masculina. Enquanto os homens partem, as mulheres geralmente ficam. Aquelas que ainda residem na área rural cuidam da agricultura de subsistência e são quebradeiras de coco babaçu, atividade desempenhada por algumas que residem nas periferias das cidades. Algumas delas partem com os maridos, e, às vezes, até com os filhos, para lhes preparar a comida e lavar suas roupas. Nas periferias das cidades dormitórios paulistas vivem em minúsculos quartos

alugados nos fundos-de-quintais, de onde geralmente saem, à espera dos maridos que trabalham no corte da cana (Vetorassi, 2006; Silva et al., 2006).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento desta realidade migratória, realizamos uma pesquisa no início de 2007 em duas cidades do Maranhão – Timbiras e Codó -. Além da coleta de vários



Foto 2: Roça cercada para impedir o gado solto. Município de Timbiras (2007). Pesquisa coordenada por Maria A Moraes Silva. Pesquisa financiada pelo CNPq. Foto de Márcia Bonfim de Santana.

depoimentos com homens, mulheres e crianças, analisamos 85 processos jurídicos movidos por camponeses que foram expulsos de suas terras por meio do uso da

violência e ameaças de morte, muitos dos quais passaram

a viver nas periferias destas duas cidades. Muitos membros destas famílias não tiveram outra alternativa, senão aquela da migração para os canaviais paulistas, além de outras regiões do país<sup>5</sup>.

Analisando os processos jurídicos movidos por 85 camponeses expropriados em 2004 nos municípios de Coroatá, Timbiras e Codó, constata-se o seguinte.

<sup>5</sup> A pesquisa sobre as crianças, que possuíam algum membro da família migrante, se referiu à coleta de desenhos por meio de suas representações sobre suas famílias e sobre “Ribeirão” (região de Ribeirão Preto em S. Paulo). Nosso objetivo era captar a realidade migratória sob a ótica das crianças da 4ª série do ensino primário.

Estas famílias eram constituídas de moradores que pagavam a renda em produto ao dono da terra. Plantavam arroz, feijão, milho, mandioca e frutas. Além disso, viviam da economia extrativista do coco babaçu, atividade, essencialmente desenvolvida pelas mulheres, segundo a tradição do campesinato desta região. Viviam em casas de argila, cobertas de folhas da palmeira do babaçu.

No ano de 2004, homens armados desalojaram 100 famílias da Fazenda São Raimundo, pertencente a José Ribamar Thomé. Os homens eram mandantes de Ricardo Reis Vieira, que, por intermédio de escrituras falsas, afirmava ser o legítimo proprietário da terra. Segundo os relatos de camponeses nos autos, a queima das casas foi feita pela Empresa do Grupo Maratá, que possui negócios relacionados ao comércio, agricultura e indústria no nordeste. No Maranhão, esta empresa possui extensas áreas com pecuária.

Os camponeses não resistiram a este ato de violência, pois caso em contrário, seriam mortos, segundo vários depoimentos. Muitos ainda não recorreram à justiça em razão do medo de represálias por parte da empresa expropriadora. Esta realidade concreta se insere na história do capitalismo no campo no Brasil que sempre foi acompanhada de violência,

inclusive nos dias atuais<sup>6</sup>. Ademais da expropriação, a empresa destruiu as florestas de babaçu por meio de máquinas e do fogo. Em seguida, foi semeado capim para o gado. Este fato foi mais um agravante da situação dos camponeses expropriados nas periferias das cidades, pois a única forma de sobrevivência é garantida pelo trabalho das mulheres que ainda continuaram exercendo a coleta do coco, apesar da necessidade de percorrerem grandes distâncias para coletá-lo.

No tocante àqueles que ainda estão ocupando as terras, a prática imposta pelos grandes proprietários é a do *gado solto e a da roça cercada*. Isto significa que os camponeses, para não terem suas roças comidas e destruídas pelo gado solto, precisam cercá-las. No entanto, em razão dos poucos recursos que dispõem, sobretudo financeiros, eles não têm condições para impedir esta prática. Alguns cercam suas pequenas roças com bambus, outros desistem e abandonam suas moradas, engrossando a periferia das cidades e o exército de reserva dos proletários para os canaviais do centro-oeste ou ainda para as atividades de derrubada de mata, plantação de capim na Amazônia Legal. Segundo dados da CPT, a maior parte dos trabalhadores escravizados são provenientes do Maranhão e Piauí. As

<sup>6</sup> Ver a respeito as publicações da CPT (Comissão Pastoral da Terra) referentes aos Conflitos no Campo.

fotos produzidas pela pesquisa de campo fornecem uma pequena amostra do processo de *descamponesização* descrito acima.

### III

As reflexões desenvolvidas ao longo do texto mostram que tanto a produção de agrocombustíveis, como a de alimentos, está sob o controle de grandes empresas transnacionais e nacionais e ambas fazem parte do mesmo processo de incorporação da agricultura pelo capital. A alta dos preços dos alimentos nestes últimos meses tem sido atribuída aos seguintes fatores:

- efeitos climáticos, ocasionados por períodos de seca em algumas regiões do mundo;
- aumento da demanda de alimentos por parte de países, como China e Índia;
- aumento dos custos de combustíveis empregados para cultivar e transportar alimentos;
- destinação de grandes áreas à produção de agrocombustíveis, caso do milho dos EUA, destinado à produção de etanol.

No entanto, segundo Dierckxsens (2008), a especulação com a fome não é levada em conta na análise. Além da especulação praticada pelas grandes corporações, o processo de

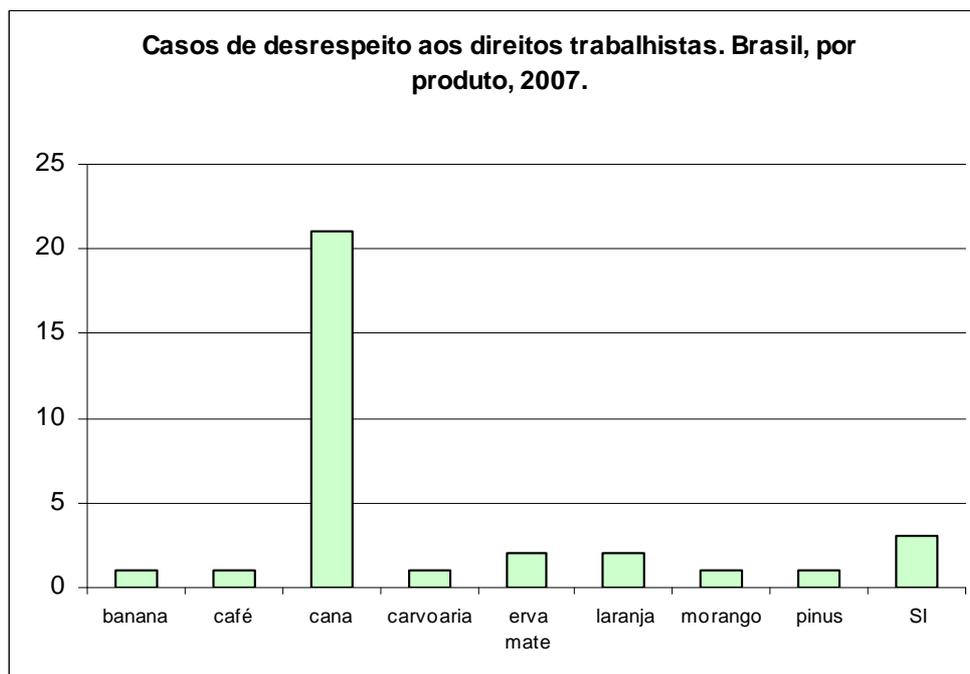
*descamponesização* nos países pobres contribuirá para aumentar o número daqueles que dependerão do mercado de alimentos para comer, e, em consequência, a insegurança alimentar em função do aumento dos preços.

Outro resultado deste processo é o aprofundamento da miséria, agravado pelo aumento da precarização das relações de trabalho, sobretudo, nas áreas dominadas pelas grandes empresas. Neste sentido vale a pena mencionar o exemplo da produção do etanol brasileiro, onde além da precarização das relações de trabalho, verificam-se casos de escravização de trabalhadores, desrespeito às leis trabalhistas em vários estados, inclusive no estado de São Paulo, conforme os gráficos seguintes<sup>7</sup>:

---

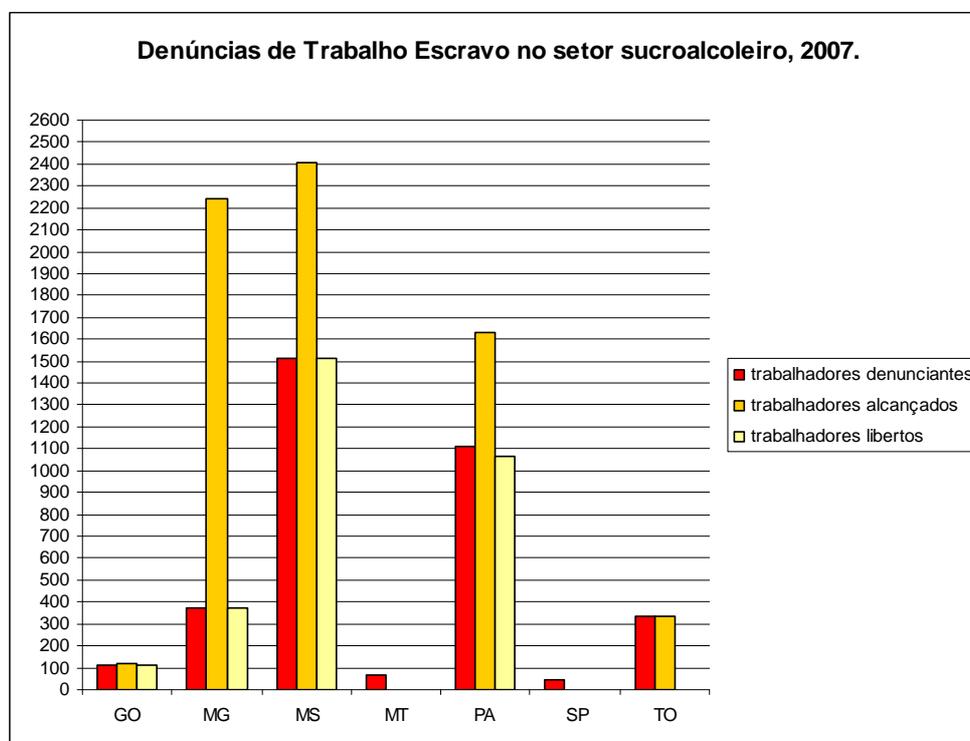
<sup>7</sup> Todos os gráficos apresentados foram feitos por Beatriz Medeiros de Melo, mestre pelo PPG/Geografia/UNESP/PP.

Gráfico I



Fonte dos dados: CPT . Silva et al. (2008).

Gráfico II



Fonte dos dados: CPT . Silva et al. (2008).

Os dados demonstram a situação dos trabalhadores empregados nas lavouras canavieiras em vários estados do país. Vale a pena lembrar que grande parte destes trabalhadores é constituída de camponeses, que perderam ou estão perdendo suas parcelas de terras, situadas nas áreas do interior dos estados do nordeste e nordeste de Minas Gerais. Aprofunda-se neste momento o que Lenine analisou na Rússia do século XIX, ou seja, a decomposição do campesinato e transformação dos camponeses em proletários e dependentes do mercado de alimentos e outras mercadorias básicas para sua subsistência.

Quanto a superexploração, minhas pesquisas revelam que a vida útil de um cortador de cana nos canaviais paulistas varia de 15 a 20 anos, em função da elevação dos níveis de produtividade nos últimos anos. Na década de 1980, a *média* (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada por dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10 e a partir de 2004 para 12 a 15 toneladas!

Segundo informações de uma pesquisa recente coordenada pelo professor Rodolfo Vilela.

“Em 10 minutos, um trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão e faz 138 flexões de coluna. O trabalho é feito em temperatura superior a 27° C, com fuligem no ar e, ao final do dia, o cortador terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média,

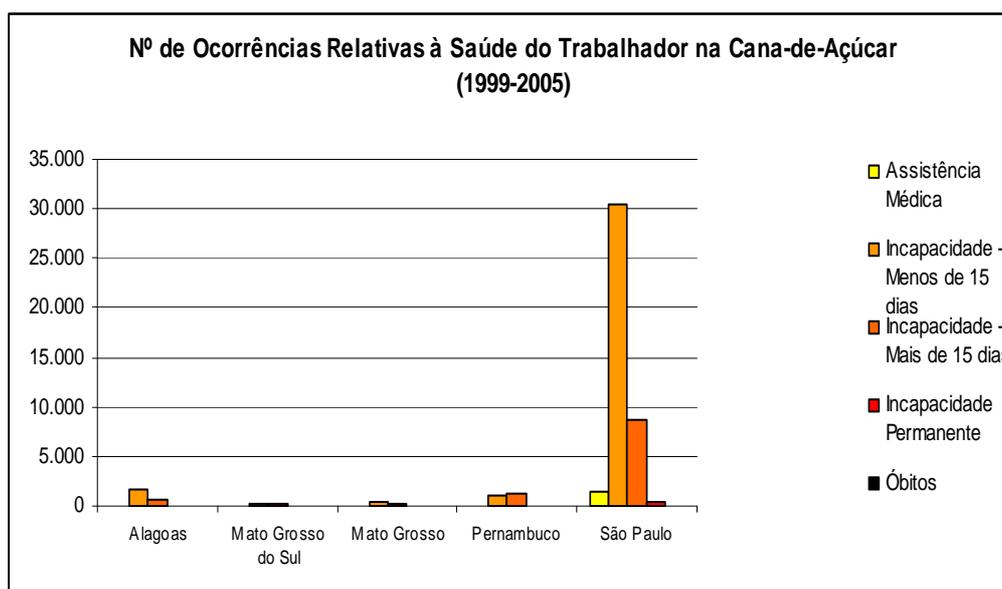
desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e em momentos de pico os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto”<sup>8</sup>.

A situação de superexploração tem sido responsável pelas 21 mortes (de 2004 a 2007), *supostamente* por excesso de esforço nos canaviais paulistas, além da depredação física de milhares de outros trabalhadores, realidade que pode ser demonstrada pelos dados do INSS.

---

<sup>8</sup> Estes são alguns dados de um estudo científico feito durante dois anos com um grupo de trabalhadores no corte de cana da região de Piracicaba (SP) por pesquisadores do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Ceres) e pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). O estudo foi apresentado no seminário "Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana" realizado na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP).

Gráfico III (Fonte dos dados: INSS)



O gráfico III revela que mais de 30 mil trabalhadores estiveram incapacitados para o trabalho por um período inferior a 15 dias, enquanto mais de 8.000 o estiveram por mais de 15 dias no estado de São Paulo, considerado um dos mais desenvolvidos do país. A incapacidade permanente pode ser visualizada no gráfico IV: mais de 400 trabalhadores em São Paulo; em outros estados, embora os números de ocorrências sejam menores, há também registros.

Gráfico IV (Fonte dos dados: INSS)

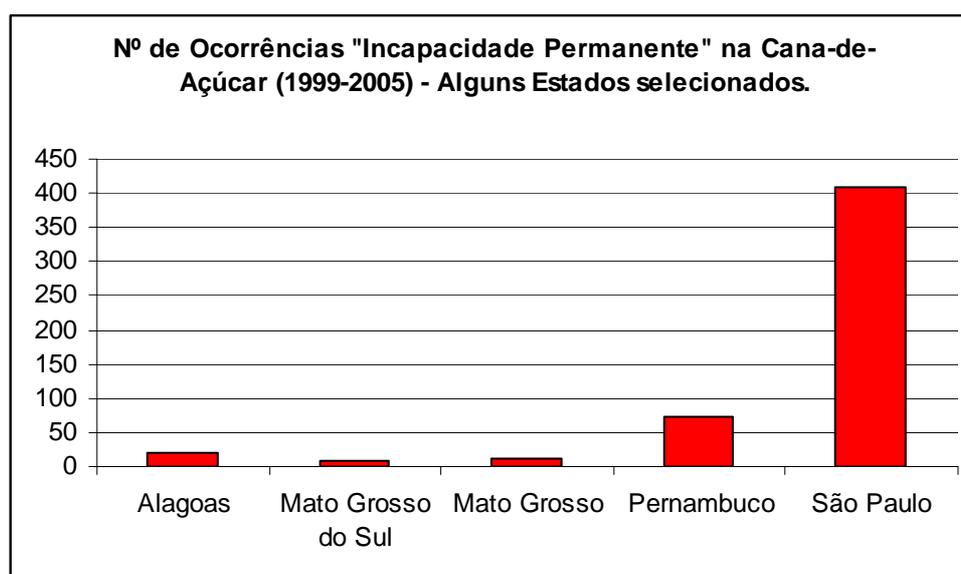
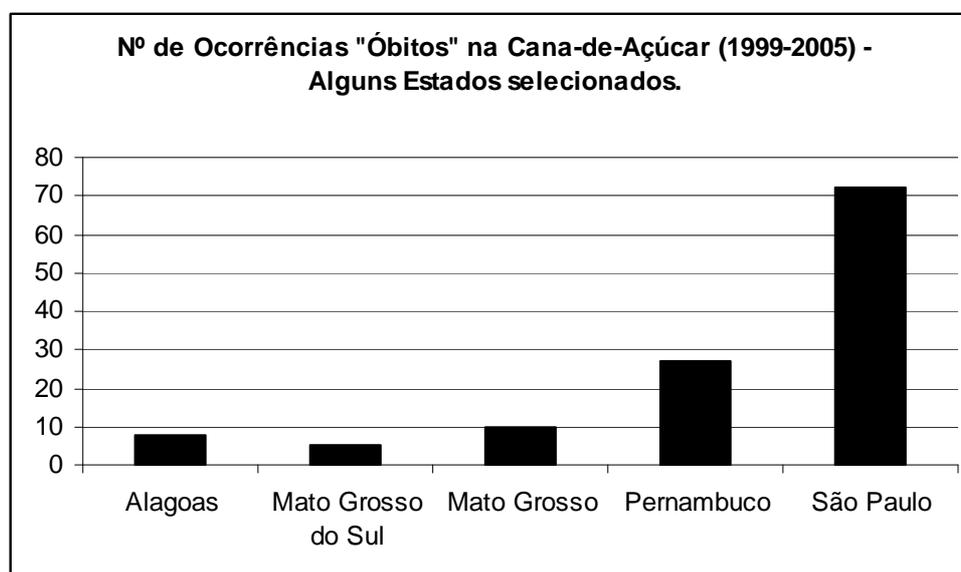


Gráfico V (Fonte dos dados: INSS)



O Gráfico V apresenta o número de óbitos nos canaviais de vários estados. Mais uma vez, São Paulo apresenta os maiores números (72).

#### IV

Ademais destas informações sobre os processos de *descamponesização* e aumento da precarização das relações de trabalho, incluem outros dados, advindos do Ministério da Agricultura.

Diante deste cenário, valeria a pergunta sobre o futuro, sobre as projeções para a agricultura brasileira. Recentemente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento divulgou o documento “Projeções do Agro-negócio: Mundial e Brasil – 2006/07 a 2017/18” (disponível em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)) com previsões

elaboradas para os principais produtos agropecuários. Nos limites deste texto, serão analisados os casos da soja, cana-de-açúcar, milho, carne bovina, arroz, trigo e leite.

No que tange à **soja**, o Brasil se transformará no principal produtor mundial em 2017/18. Suas exportações passarão de 40,0% para 59,4%, no período de 2006/07 para 2017/18. A produção brasileira exportada neste período praticamente dobrará, passando de 25,6 para 50,5 milhões de toneladas, enquanto a da Argentina passará de 6,4 para 7,9 e a dos EUA declinará de 30,4 para 25 milhões de

toneladas. Considerando o total das exportações mundiais (85,5) conclui-se que a participação brasileira será de quase 60%.

Quanto ao **açúcar**, a produção global atingirá em 2017/18 a cifra de 177 milhões de toneladas. Novamente o Brasil será um campeão das exportações: 55,6% do total. Quanto ao **etanol**, as projeções refletem uma cifra superior à duplicação da produção em 2006/7: passará de 17,6 para 41,6 bilhões de litros.

Concernente ao **milho**, a produção mundial deverá crescer neste período de 752 para 850 milhões de toneladas. Os EUA produzirão 70% do milho mundial, enquanto a produção brasileira ficará em torno de 64 milhões de toneladas.

As exportações de carne bovina em 2016 serão lideradas pelo Brasil, Austrália, Argentina e Índia, países que concentram 85% do total. O Brasil será o maior exportador em 2016 com um volume de 2,85 milhões de toneladas.

Quanto ao **arroz e trigo**, o Brasil será um país importador, pois, a produção nacional será inferior ao consumo. A produção de **leite** ficará restrita ao consumo. Em seu limite superior o consumo de leite poderá ser superior em quase 5 bilhões de litros a produção, o que poderá exigir importações deste produto.

## V

A análise acima aponta para a constituição de uma nova divisão mundial do trabalho, produzida pelos interesses econômicos das grandes corporações que submetem os governos dos países pobres instituindo um verdadeiro processo de **reinvenção da colônia**, cujas características se resumem nos seguintes elementos:

- concentração da propriedade da terra;
- desnacionalização da propriedade da terra por meio da transnacionalização da apropriação da renda da terra;
- expropriação do campesinato existente nestas terras e precarização das relações de trabalho. Estes dois processos têm sido responsáveis, no caso brasileiro, pela conversão destes camponeses em migrantes para o trabalho no corte da cana no sudeste e no centro-oeste ou ainda para o trabalho de devastação da Amazônia para a plantação de capim para o desenvolvimento da pecuária leiteira. Geograficamente, pode-se dizer que há uma estrada com duas direções opostas: **enquanto os homens *descem***

(do norte e nordeste para o sudeste), os capitais (bois) *sobem* (do sudeste para o norte).

- insegurança alimentar nos países pobres, na medida em que se configura a nova territorialização imposta pelas empresas do agro-negócio. No caso brasileiro, segundo as projeções vistas acima, a produção será concentrada nos grãos (soja e milho) e etanol, além da carne bovina para exportação. Os produtos, como trigo, leite e arroz serão insuficientes para o consumo interno da população, o que trará conseqüências negativas para as populações de baixa renda em virtude dos possíveis aumentos de preços destes produtos. A título de exemplo, cita-se o ano de 2007, quando os preços do leite subiram 40% e do feijão mais de 200%.
- esgotamento da produtividade natural da terra, em razão do volume gigantesco de agrotóxicos e das reservas de água doce.
- o processo de transnacionalização da apropriação da renda da terra

caminha lado a lado do processo de privatização das reservas de água doce. Neste sentido, vale mencionar a análise de Gilberto Dupas sobre as reservas deste bem natural na América do Sul, publicado no jornal, O Estado de São Paulo (19/01/2008). Segundo este autor, no futuro haverá uma disputa entre as nações em torno das reservas de água doce do mundo. Baseados em dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), afirma que mais de um bilhão de pessoas do mundo sofrem carência de água potável. Além das possíveis disputas, aponta que no tocante à exportação de água, a arma mais eficaz ocorrerá de maneira crescente, por via indireta, por meio de alimentos e produtos industrializados que a utilizam em seu processo produtivo. “São necessários 1.650 litros de água para produzir 1kg de arroz, 3.500 para 1kg de aves e 15 mil para 1kg de carne bovina... e 600 litros para 1kg de cana-de-açúcar voltada para a produção do etanol”. Deste modo, a

importação de grãos, carnes e etanol pelos países ricos é uma forma encontrada para minimizar o déficit hídrico que possuem, enquanto os países da América do Sul, ricos em água, não tomaram consciência do futuro problema que terão em torno da escassez da água. A partir destes dados, o autor chama a atenção para o caso da América do Sul, particularmente, da região do

Aqüífero Guarani, considera do um dos maiores reservatórios de água



subterrânea do mundo, situado no Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, que poderá ser no futuro objeto de disputa entre as nações.

- No que tange ao aspecto político, o *agribusiness* tem sido o símbolo do desenvolvimento econômico do país, por meio do saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações, sobretudo de

produtos agrícolas, que vêm garantindo, sobretudo nos últimos anos, o pagamento dos juros da dívida externa pelo atual governo. A produção do etanol como fonte de energia tem provocado a migração de capitais internacionais tanto para a instalação de usinas como para a compra de terras, como foi dito acima.

Enfim, tanto a produção dos agrocombustíveis quanto a produção de

alimentos está sob o controle das grandes corporações que impõem a nova divisão mundial do trabalho, por meio da qual está sendo implantado o processo de

reinvenção da colônia. No que tange ao setor sucroalcooleiro brasileiro, produtor do etanol, os dados apresentados sobre a precarização das relações de trabalho fornecem elementos importantes para o entendimento dos níveis de exploração existentes neste ramo da economia, cuja principal orientação é a garantia de mercados externos das *commodities*, às custas da depredação humana dos trabalhadores e da natureza. Sem sombra de dúvidas, o principal objetivo dessa análise é não

somente contribuir para o entendimento dessa realidade como também fornecer subsídios para uma práxis capaz de gerar um outro mundo possível, onde os direitos humanos do trabalho sejam respeitados, a propriedade da terra possa cumprir sua função social e a natureza existir em comunhão com os humanos e não como objeto de depredação pelos donos do capital em convivência com os donos do poder político que governam em várias instâncias este país. Somente por meio da luta política será possível desmascarar a ideologia vigente das corporações e, no caso do etanol brasileiro, desmascarar também a ideologia fomentada pelo Estado que este produto se constitui no único meio de promover o desenvolvimento do país e salvar o planeta do efeito estufa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (ORGS.). **Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: NEAD, MDA, IICA, 2006, p.123-149.

DIERCKXSENS W. **Desafios para el movimiento social ante la especulación con el hambre**. Texto digitalizado, 2008.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SADER, R. Migração e violência – o caso da pré-amazônia Maranhense. **Terra Livre**, N.6, p. 65-76, 1991.

SILVA, M. A. M. et al. Do Karoshi no Japão à birola no Brasil. As faces do capitalismo mundializado. **Nera** (Revista do Núcleo de estudos , pesquisa e projeto de reforma agrária). Ano 9, N. 8, jan/jul 2006. Revista do PPG/Geografia e Departamento de Geografia da UNESP/PP. Edição eletrônica.

SILVA, M. A. M. et al. Da luta no eito à luta pelos direitos. In: CANUTO, A . et al. (Orgs.). **Conflitos no campo 2007**. Goiânia: CPT, 2008, p.120-135.

VEITORASSI, A. Espaços divididos e silenciados. **Dissertação de mestrado**. PPG/Ciências Sociais/UFSCar, 2006.